

31 Maio



CRUZADA DO BEM

PRESTAÇÃO DE CONTAS

2017

NIF 500 985 472

Rua Dr. Barbosa de Castro, 62 – 2º Andar

4050-090 Porto

Índice

Relatório de Atividades	4
1. PROJECTOS E CONCRETIZAÇÕES	4
1.1. Política de Investimentos.....	4
1.2. Exploração.....	4
2. VERTENTE FINANCEIRA E CONTABILÍSTICA.....	4
3. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL	5
3.1. Vertente Financeira	5
3.2. Vertente Judicial	5
Balanço	6
Demonstração dos Resultados por Naturezas	7
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios.....	8
Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados.....	10
4. Identificação da Entidade	10
5. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	10
6. Principais Políticas Contabilísticas	11
6.1. Bases de Apresentação	11
6.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração.....	12
7. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	21
8. Ativos Fixos Tangíveis	21
9. Ativos Intangíveis.....	22
10. Locações.....	22
11. Custos de Empréstimos Obtidos.....	23
12. Inventários	23
13. Rédito.....	24
14. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	24
15. Subsídios do Governo e apoios do Governo.....	25
16. Efeitos de alterações em taxas de câmbio.....	25
17. Imposto sobre o Rendimento	26
18. Benefícios dos empregados	26
19. Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	26
20. Outras Informações	27
20.1. Investimentos Financeiros	27
20.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros	27

20.3. Clientes e Utentes	27
20.4. Outras contas a receber	27
20.5. Diferimentos	28
20.6. Outros Ativos Financeiros	28
20.7. Caixa e Depósitos Bancários	28
20.8. Fundos Patrimoniais	28
20.9. Fornecedores	29
20.10. Estado e Outros Entes Públicos	29
20.11. Outras Contas a Pagar	29
20.12. Outros Passivos Financeiros	30
20.13. Subsídios, doações e legados à exploração	30
20.14. Fornecimentos e serviços externos	30
20.15. Outros rendimentos e ganhos	30
20.16. Outros gastos e perdas	31
20.17. Resultados Financeiros	31
20.18. Acontecimentos após data de Balanço	32
Demonstrações de Resultados por Estabelecimento / Valência	33
Demonstração de Resultados: Sede (euros)	34
Demonstração de Resultados: Torre da Marca (euros)	34
Demonstração de Resultados: Nazaré (euros)	35
Demonstração de Resultados: Toca do Menino (euros)	35
Demonstração de Resultados: Telões (euros)	37
Demonstração de Resultados: Costa Verde-Espinho (euros)	38
Demonstração de Resultados: Amor de Deus-S. J. Ver (euros)	39
Demonstração de Resultados: Sanhoane (euros)	39
Demonstração de Resultados: Casa de Trabalho – Póvoa de Lanhoso (euros)	41
Responsabilidade pela documentação	42

Relatório de Atividades

1. PROJECTOS E CONCRETIZAÇÕES

O ano de 2016 centrou-se exclusivamente na vertente operacional da Cruzada do Bem.

1.1. Política de Investimentos

No ano de 2017 saldou-se pela sobreposição do desinvestimento face ao investimento.

Enquanto este se confine praticamente aos investimentos pontuais feitos na Casa de Fontarcada, num montante a rondar os 60 mil euros e para dar cumprimento aos relatórios de auditorias das autorizadas competentes (e.g. reparação/melhoria das instalações sanitárias, entre outros), o desinvestimento corresponderu à alienação do prédio de Espinho pelo montante de 435 mil euros, cujo contrato promessa de compra e venda inicial não foi bem sucedido.

1.2. Exploração

Quanto à exploração, 2017 veio confirmar a capacidade de geração de fundos, os quais se situam ligeiramente abaixo do ano de 2016, depois do ajuste ao desinvestimento referido anteriormente. Genericamente, e com as valências, Casas, nível ocupacional e a estrutura existente, a Cruzada do Bem consegue gerar um Cashflow na ordem dos 200 mil euros. Montante que deve cimentar a sustentabilidade económico-financeira da Cruzada do Bem, quer no curto prazo, socorrendo problemas de tesouraria, que no médio e longo prazo, para definição de planos de investimento ou adequação das infraestruturas às necessidades.

2. VERTENTE FINANCEIRA E CONTABILÍSTICA

A conta de exploração mostra um significativo aumento, comparativamente ao ano de 2016, mas carece de uma leitura e interpretação mais cuidadas, para evitar o enviezamento dos números que a alienação patrimonial, anteriormente mencionada, pode induzir.

Assim, o valor de referência para 2017 é de cerca de 176 mil euros, abaixo, portanto, dos 195 mil euros do ano de 2016.

Para esta diminuição contribuíram sobretudo as Casas: "Jardim de Infância Costa Verde", Patronato N.S. Nazaré e "Patronato Amor de Deus").

3. GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL

Pós o redimensionamento operado na Cruzada do Bem e ao quase nulo investimento realizado, os assuntos mais prementes e que mais mereceram a atenção da direção foram processos judiciais e a implicação que estes têm ou podem vir a ter na estrutura financeira.

3.1. Vertente Financeira

- À Casa do "Patronato da Nossa Senhora da Nazaré", junta-se em 2017 a Casa "Jardim de Infância Costa Verde", que não conseguiram gerar um cashflow positivo, podendo levar a problemas de tesouraria. As demais Casas geraram um cashflow positivo;
- Encaixe de 435 mil euros com a alienação do antigo prédio de Espinho, cujo Contrato de Promessa de Compra e Venda (CPCV) com a firma Azemota não foi cumprido e se arratava há alguns anos.
- O acordo de pagamento à Cruzada do Bem de uma dívida antiga do ex-dirigente Luís Ramos de Sá Lemos, com pagamentos de 1.000,00 euros mensais, até perfazer 40.000,00 euros, continua e não se registaram interrupções.

3.2. Vertente Judicial

Relativamente aos assuntos judiciais, abaixo se dá conta do ponto de situação e evoluções que houve no decurso do ano de 2017:

- Processo movido pelo MP a ex-Presidente desta Instituição;
- Resolução em tribunal do diferendo com a firma Azemota, relacionado como CPCV do prédio urbano onde operava a Casa do "Patronato da Divina Providência", em Espinho;
- Diferendo com funcionário da Cruzada do Bem.

Balanço

Un. Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		3 736 702,79	3 919 757,06
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento			
Ativos intangíveis			
Investimentos financeiros		543,37	329,91
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		3 737 246,16	3 920 086,97
Ativo corrente			
Inventários		2 842,43	2 797,35
Clientes		34 835,11	28 773,23
Adiantamentos a fornecedores		20 272,97	5 835,88
Estado e outros Entes Públicos		5 149,01	2 807,84
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			
Outras contas a receber		20 901,09	18 248,59
Diferimentos		5 659,70	8 458,68
Outros Ativos financeiros			
Caixa e depósitos bancários		939 423,60	503 929,67
Subtotal		1 029 083,91	570 851,24
Total do Ativo		4 766 330,07	4 490 938,21
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		138 468,87	138 468,87
Excedentes técnicos			
Reservas		198 411,46	198 411,46
Resultados transitados		3 476 954,69	3 283 655,13
Excedentes de revalorização			
Outras variações nos fundos patrimoniais		123 341,40	128 823,24
Resultado Líquido do período		443 395,60	195 094,62
Total do fundo do capital		4 380 572,02	3 944 453,32
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Subtotal		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores		32 780,94	34 818,79
Adiantamentos de clientes		537,30	25,50
Estado e outros Entes Públicos		30 135,73	34 048,97
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros			24,00
Financiamentos obtidos			15,47
Diferimentos			
Outras contas a pagar		322 304,08	477 552,16
Outros passivos financeiros			
Subtotal		385 758,05	546 484,89
Total do passivo		385 758,05	546 484,89
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4 766 330,07	4 490 938,21

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados		494 751,24	464 914,52
Subsídios, doações e legados à exploração		1 435 174,32	1 432 215,84
ISS, IP - Centros Distritais		1 413 198,12	1 406 241,92
Outros		21 976,20	25 973,92
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		(135 555,51)	(136 499,28)
Fornecimentos e serviços externos		(312 132,25)	(310 487,78)
Gastos com o pessoal		(1 227 746,84)	(1 192 647,08)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		357 529,96	87 922,81
Outros gastos e perdas		(92 817,51)	(80 590,76)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		519 203,41	264 828,27
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(75 205,63)	(69 103,90)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		443 997,78	195 724,37
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados		(602,18)	(629,75)
Resultados antes de impostos		443 395,60	195 094,62
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		443 395,60	195 094,62

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2016

Unidade Monetária: Euros

DESCRÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe										Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1	138 468,87	-	198 411,46	3 283 677,59	-	-	128 823,24	(76 608,07)	3 672 773,09	-	3 672 773,09
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico					76 585,61				76 608,07			
Alterações de políticas contabilísticas					76 585,61				76 608,07			
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2											
					(76 608,07)				195 094,62			
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3								211 702,69			
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3				(22,46)							
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2016	6=1+2+3+5	138 468,87	-	198 411,46	3 283 655,13	-	-	128 823,24	195 094,62	3 944 453,32	-	3 944 453,32



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017

Unidade Monetária: Euros

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe										Total dos Fundos Patrimoniais		
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários			
6 POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017		138 468,87	-	198 411,46	3 283 655,13	-	-	128 823,24	195 054,62	-	-	3 944 653,32	-	3 944 653,32
ALTERAÇÕES NO PERÍODO Primeira adoção do novo referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	-	-	(1 795,05)	-	-	(5 481,84)	(195 054,62)	-	-	(202 371,52)	-	(202 371,52)
8 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-	-	-	395 094,62	-	-	-	-	-	443 305,60	638 490,22	-	638 490,22
9=7+8 RESULTADO EXTENSIVO		-	-	-	193 299,56	-	-	(5 481,84)	248 300,98	-	-	436 118,70	-	436 118,70
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO Fundos Subsídios, doações e legados Outras operações	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
6+7+8+10 POSICÃO NO FIM DO ANO 2017		138 468,87	-	198 411,46	3 676 954,69	-	-	123 341,40	443 305,60	-	-	4 380 572,02	-	4 380 572,02

Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados

4. Identificação da Entidade

A ASSOCIAÇÃO CRUZADA DO BEM, IPSS é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social), com estatutos publicados no Diário da República n.º 6 de 10/01/2005, Série III, com sede na Rua Dr. Barbosa de Castro, número 62, 2º andar, da freguesia de Vitória, concelho e distrito do Porto.

Tem como atividade principal a ação social para a infância e juventude, sem alojamento, e o apoio à terceira idade.

5. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março.

No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social/Plano de Contas das Associações Mutualistas/Plano Oficial de Contas para Federações Desportivas, Associações e Agrupamentos de Clubes) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de Janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011, que foram preparadas e aprovadas de acordo

com o referencial contabilístico em vigor naquela data, foram alteradas de modo a que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2012.

O montante total de ajustamento à data da transição reflete a diferença ocorrida nas Demonstrações Financeiras devido à adoção da NCRF-ESNL. Estes ajustamentos foram evidenciados em "*Resultados Transitados*" do ano em questão.

6. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

6.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

6.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção, nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

6.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" (Notas 20.4 e 20.11) e "*Diferimentos*" (Nota 20.5).

6.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na

natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

6.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

6.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

6.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

6.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

6.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que incorreram, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada, os quais que a seguir se descrevem:

Edifícios e outras construções:	10 a 20 Anos
Equipamento básico:	2 a 20 Anos
Equipamento de transporte:	4 a 8 Anos
Equipamento administrativo:	3 a 12 Anos
Outros ativos fixos tangíveis:	7 a 14 Anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

6.2.2. Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" são valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que eventualmente sejam atribuídos à Entidade a título gratuito, são mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta "Variações nos fundos patrimoniais".

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem têm um tratamento contabilístico diferente do bem no qual são incorporados, estando registados numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de permitir atividades presentes e futuras e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

6.2.3. Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As "*Propriedades de Investimento*" são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica "*Aumentos/reduções de justo valor*", as variações no justo valor das propriedades de Investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "*Propriedades de investimento em desenvolvimento*" até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "*Variação de valor das propriedades de investimento*", que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

6.2.4. Ativos Intangíveis

Os "Ativos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles permitam atividades presentes e futuras para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as "Despesas de investigação" incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais permitam atividades presentes e futuras. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem ao período de vida útil estimado.

O valor residual de um "Ativo Intangível" com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado ativo para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

6.2.5. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "Investimentos Financeiros" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

Pelo MEP as participações são registadas pelo custo de aquisição, havendo a necessidade de ajustar tendo em conta os resultados líquidos das empresas associadas ou participadas. Este ajuste é efetuado por contrapartida de gastos ou rendimentos do período e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas por imparidade acumuladas.

Aquando da aquisição da participação pode-se verificar um *Goodwill*, isto é, o excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos capitais próprios na percentagem detida, ou um *Negative Goodwill* quando a diferença seja negativa. O *Goodwill* encontra-se registado separadamente numa subconta própria do investimento, sendo necessário, na data de Balanço, efetuar uma avaliação dos Investimentos financeiros quando existam



indícios de imparidade. Havendo é realizada uma avaliação quanto à recuperabilidade do valor líquido do *Goodwill*, sendo reconhecida uma perda por imparidade se o valor deste exceder o seu valor recuperável.

Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente em resultados do período. O ganho ou perda na alienação de uma Entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa Entidade, exceto quando o negócio a que esse *Goodwill* está afeto se mantenha a gerar benefícios para a Entidade.

De acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Ativos, o *Goodwill* não é amortizado, estando sujeito, como referido, a testes anuais de imparidade. Estas perdas por imparidade não são reversíveis.

6.2.6. Inventários

Os “*Inventários*” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*). Aos Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

6.2.7. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;

- Alterações na taxa de câmbio;
- Entrada em incumprimento de uma das partes;
- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os "Clientes" e as "Outras contas a receber" encontram-se registados pelo seu custo, estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são reconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE).

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

6.2.8. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

6.2.9. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras. No entanto, são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.



6.2.10. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os "Empréstimos Obtidos" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "Encargos Financeiros" são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

Os "Encargos Financeiros" de "Empréstimos Obtidos" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a incorrer dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras, quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais, quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da "Substância sobre a forma", isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 6.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez, os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional, as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de "Fornecimentos e Serviços Externos".

6.2.11. Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) *“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) *Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) *Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) *Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”*

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2014 a 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

7. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

8. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Fixos Tangíveis" do domínio público:

Nota não aplicável no presente exercício.

Bens do património histórico, artístico e cultural

Nota não aplicável no presente exercício.

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	442 569,65	-	-	-	-	442 569,65
Edifícios e outras construções	4 400 214,47	44 637,41	(260 554,98)	-	-	4 184 296,90
Equipamento básico	293 623,08	10 572,08	-	-	-	304 195,16
Equipamento de transporte	333 339,12	-	-	-	-	333 339,12
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	448 522,95	3 921,61	-	-	-	452 444,56
Outros Ativos fixos tangíveis	8 244,09	1 239,93	-	-	-	9 484,02
Total	5 926 513,36	60 371,03	(260 554,98)	-	-	5 726 329,41
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1 102 358,30	57 190,71	(92 335,31)	-	-	1 067 213,70
Equipamento básico	199 806,74	13 194,93	-	-	-	213 001,67
Equipamento de transporte	315 301,95	-	-	-	-	315 301,95
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	437 477,32	3 375,18	-	-	-	440 852,50
Outros Ativos fixos tangíveis	3 337,81	1 444,81	-	-	-	4 782,62
Total	2 058 282,12	75 205,63	(92 335,31)	-	-	2 041 152,44

	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2017
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros Ativos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2016 e 2017, foram os seguintes:

Nota não aplicável no presente exercício.

9. Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade não usufrui de "Ativos Intangíveis" do domínio público.

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Nota não aplicável no presente exercício.

10. Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Nota não aplicável no presente exercício.

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Nota não aplicável no presente exercício.

11. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que incorrem.

Em 31 de Dezembro, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, detalham-se como segue:

Financiamentos obtidos

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	-	-	-	15,47	-	15,47
Locações Financeiras	-	-	-	-	-	-
Contas caucionadas	-	-	-	-	-	-
Contas Bancárias de <i>Factoring</i>	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	15,47	-	15,47

Empréstimos Bancários

Descrição	2017			2016		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	-	602,18	602,18	-	645,75	645,75
De um a cinco anos	-	-	-	-	-	-
Mais de cinco anos	-	-	-	-	-	-
Total	-	602,18	602,18	-	645,75	645,75

12. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Inventários

Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3 683,89	135 612,74	-	2 797,35	135 600,59	-	2 842,43
Produtos Acabados e Intermediários	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
...	-	-	-	-	-	-	-
Total	3 683,89	135 612,74	-	2 797,35	135 600,59	-	2 842,43
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				136 499,28			
Variações nos inventários da produção				-	135 555,51		

De referir que os valores da rubrica "Matérias-primas, subsidiárias e de consumo" se desdobram da seguinte forma:

- Matérias-primas: 0,00€;
- Matérias Subsidiárias: 0,00€; e
- Matérias de Consumo: 2.842,43€.

13. Rédito

O Rédito é mensurado pela quantia da contraprestação acordada e contratada entre a empresa e o seu cliente, tomando em consideração a quantia de quaisquer descontos comerciais ou de quantidade concedidos.

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rédito

Descrição	2017	2016
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	494 751,24	464 914,52
Quotas dos utilizadores	458 719,79	430 177,17
Quotas e Jóias	644,00	84,00
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	-	-
...	35 387,45	34 653,35
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	494 751,24	464 914,52

14. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa nessa data.

No presente exercício, não foi contabilizada qualquer provisão.

Passivos contingentes

Nota não aplicável no presente exercício.

Ativos contingentes

Nota não aplicável no presente exercício.

15. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo	1 413 198,12	1 406 241,92
Instituto da Seg. Social, IP - Acordos	1 413 198,12	1 406 241,92
Designação do Subsídio B	-	-
Designação do Subsídio C	-	-
...	-	-
Apoios do Governo	-	-
Designação do Apoio A	-	-
Designação do Apoio B	-	-
Designação do Apoio C	-	-
...	-	-
Total	1 413 198,12	1 406 241,92

Descrição	2017	2016
Subsídios de outras entidades	300,00	3 179,78
Doações	21 676,20	22 794,14
Heranças	-	-
Legados	-	-
...	-	-
Total	21 976,20	25 973,92

16. Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Em 31/12/2017 e 31/12/2016, as alterações das taxas de câmbio tiveram o seguinte efeito:

Nota não aplicável no presente exercício.

17. Imposto sobre o Rendimento

No presente exercício, não foi apurado qualquer valor de imposto sobre o rendimento.

18. Benefícios dos empregados

O número de membros que compõe os órgãos diretivos, foi de 10, todos não remunerados.

De um período para outro verificou-se a mudança de todos os órgãos diretivos da Cruzada do Bem: Direção, Conselho Fiscal, Presidência da Assembleia.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2017 foi de 82. Em 2016 foi de 82.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	999 475,25	970 646,40
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	-
Encargos sobre as Remunerações	213 049,80	203 202,40
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	10 540,73	10 868,94
Gastos de Acção Social	2 926,55	3 609,84
Outros Gastos com o Pessoal	1 754,51	4 319,50
Total	1 227 746,84	1 192 647,08

19. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

À presente data, esta Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

O total de honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas durante o ano de 2017 foi nulo.

20. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

20.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Nota não aplicável no presente exercício.

20.2. Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, apresentava os seguintes saldos:

Nota não aplicável no presente exercício

20.3. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica "Clientes" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c	34 835,11	28 773,23
Clientes	-	-
Utentes	34 835,11	28 773,23
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	34 835,11	28 773,23

Nos períodos de 2017 e 2016 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2017	2016
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	-	-

20.4. Outras contas a receber

A rubrica "Outras contas a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal	2 335,73	417,49
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	17 831,10	17 831,10
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
...	-	-
Outros Devedores	734,26	-
Perdas por Imparidade	-	-
Total	20 901,09	18 248,59

Relativamente a Beneficiários das mutualidades, estes para os períodos de 2017 e 2016, são discriminados da seguinte forma:

Nota não aplicável no presente exercício.

20.5. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Rendas antecipadas	187,34	-
Seguros diferidos	5 453,96	8 262,45
...	18,40	196,23
Total	5 659,70	8 458,68
Rendimentos a reconhecer		
...	-	-
...	-	-
...	-	-
Total	-	-

20.6. Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, investimentos nas seguintes entidades:

Nota não aplicável no presente exercício.

20.7. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com o seguinte saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	31 396,29	28 209,12
Depósitos à ordem	700 337,01	296 676,65
Depósitos a prazo	192 620,44	62 620,44
Outros	15 069,86	116 423,46
Total	939 423,60	503 929,67

20.8. Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	138 468,87	-	-	138 468,87
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	198 411,46	-	-	198 411,46
Resultados transitados	3 283 655,13	195 094,62	(1 795,06)	3 476 954,69
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	128 823,24	-	(5 481,84)	123 341,40
Total	3 749 358,70	195 094,62	(7 276,90)	3 937 176,42

20.9. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	32 780,94	34 818,79
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	32 780,94	34 818,79

20.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	53,90	1 816,04
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	5 095,11	991,80
Outros impostos e Taxas	-	-
Total	5 149,01	2 807,84
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	8 324,15	6 579,74
Segurança Social	21 761,85	27 463,31
Outros impostos e Taxas	49,73	5,92
Total	30 135,73	34 048,97

20.11. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	16 854,88	-	6 425,92
Remunerações a pagar	-	16 854,88	-	6 425,92
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por Imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de Investimentos	-	3 704,65	-	1 097,05
Credores por acréscimos de gastos	-	16 043,84	-	16 028,84
Outros credores	-	285 700,71	-	454 000,35
	-	-	-	-
Total	-	322 304,08	-	477 552,16

20.12. Outros Passivos Financeiros

Os "Outros passivos financeiros" em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 são os seguintes:

Nota não aplicável no presente exercício.

20.13. Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2017 e 2016, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 15.

20.14. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	63 489,70	76 964,15
Materials	25 472,12	18 980,53
Energia e fluidos	75 433,72	77 546,86
Deslocações, estadas e transportes	3 469,66	4 919,79
Serviços diversos (*)	144 267,05	132 076,45
Limpeza, Higiene e Conforto	28 978,87	26 054,62
Serviço de Amas	27 332,59	22 235,08
Comunicação	12 350,36	17 008,53
Total	312 132,25	310 487,78

20.15. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	-	1 000,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	42,98
Recuperação de dívidas a receber	-	-
Ganhos em inventários	267 370,33	1 628,66
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	-	4 185,07
Outros rendimentos e ganhos	7 843,97	10 824,40
Total	275 214,30	17 681,11

20.16. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	4 078,37	2 072,22
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas incobráveis	-	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	1 353,60	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	5 185,54	8 302,54
Total	10 617,51	10 374,76

20.17. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	602,18	629,75
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	16,00
Total	602,18	645,75
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	115,20	41,70
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	115,20	41,70
Resultados financeiros	(486,98)	(604,05)

[Handwritten initials and signature]

20.18. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos ou ocorrências subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Póvoa de Lanhoso, 24 de março de 2018



Demonstrações de Resultados por Estabelecimento / Valência

Demonstração de Resultados: Sede (euros)

CÓDIGO DE CONTAS	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	TOTAL	
			2017	2016
+11+12	Vendas e serviços prestados	+	644,00	84,00
+15	Subsídios à exploração	+	427,45	897,04
+705-605+152	Ganhos/Perdas Impulsados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	+/-		
+73	Variação nos Inventários da produção	+/-		
+74	Trabalhos para a própria entidade	+		
-81	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-		
-82	Fornecimentos e serviços externos	-	(29 283,98)	(27 825,65)
-83	Gastos com pessoal	-	(52 420,93)	(52 370,55)
-852+7822	Imparidades de Inventários (perdas/reversões)	-/+		
-851+7821	Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-/+		
-87+783	Provisões (aumentos/reduções)	-/+		
-853-857-858+7823+7827+7828	Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	+/-		
+77-86	Aumentos/Reduções de justo valor	+/-		
+78(receito 785)+79(receito 791,5)+798	Outros rendimentos e ganhos	+	348 981,38	70 500,25
-88(receito 885)-8918-8920-8980	Outros gastos e perdas	-	(761,99)	(1 667,93)
	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=	287 625,95	(10 182,74)
-64+761	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	+/-	(166,00)	(166,00)
-654-605-606+7024+7025+7026	Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	+/-		
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=	287 459,95	(10 348,74)
+7915	Juros e rendimentos similares obtidos	+		
-8911-8921-8981	Juros e gastos similares suportados	-	(1,35)	(406,22)
811		=	287 458,60	(10 754,96)
812		+/-		
818	Imposto sobre rendimento do período	=	287 458,60	(10 754,96)

Demonstração de Resultados: Nazaré (euros)

CÓDIGO DE CONTAS	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	20.04.1 - Pré-Escolar		20.04.2 - Creche		TOTAL	
			2017	2016	2017	2016	2017	2016
+71+72	Vendas e serviços prestados		13 484,00	13 718,75	22 963,00	22 923,75	36 457,00	36 642,50
+75	Subsídios à exploração		55 622,46	42 200,45	112 859,99	124 161,57	168 482,45	166 362,02
+76+80+782	Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos							
+73	Varição nos inventários da produção							
+74	Trabalhos para si própria entidade							
-81	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		(3 549,53)	(2 636,37)	(8 281,98)	(6 589,17)	(11 831,51)	(9 427,48)
-82	Fornecimentos e serviços externos		(3 356,91)	(2 883,90)	(7 765,05)	(6 220,12)	(11 121,94)	(9 914,02)
-83	Gastos com pessoal		(56 846,82)	(65 030,76)	(132 266,63)	(120 607,10)	(188 962,45)	(185 437,80)
-82+7822	Imparidades de inventários (perdas/variáveis)							
-81+7821	Imparidades de dívidas a receber (ganhos/variáveis)							
-87+783	Provisões (aumentos/reduções)							
-83+837+838+7823+7827+7828	Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (bens/imovíveis)							
+77+86	Aumentos/Reduções de justo valor							
+78(excepto 789)+79(excepto 7915)+798	Outros rendimentos e ganhos		25,66	0,90	50,86	2,10	85,52	3,00
-84(excepto 881)+8918+8928+8988	Outros gastos e perdas		(2 910,37)	(2 714,19)	(6 750,85)	(6 300,81)	(9 701,22)	(9 015,00)
-64+781	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2 605,48	(8 147,06)	(19 241,04)	(1 636,78)	(16 562,15)	(9 706,84)
-64+781	Gastos/variáveis de depreciação e de amortização		(591,42)	(652,16)	(1 379,98)	(1 513,94)	(1 971,40)	(2 166,10)
-64+65+66+7824+7825+7826	Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/variáveis)							
+7915	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2 068,07	(8 799,22)	(20 621,62)	(3 153,72)	(18 553,55)	(11 952,84)
-8911-8921-8981	Juros e rendimentos similares obtidos							
-8911-8921-8981	Juros e gastos similares suportados							
811	Resultado antes de impostos		2 000,07	(8 799,22)	(20 621,62)	(3 153,72)	(18 553,55)	(11 952,84)
812	Imposto sobre rendimento do período							
818	Resultado líquido do período		2 068,07	(8 799,22)	(20 621,62)	(3 153,72)	(18 553,55)	(11 952,84)

Demonstração de Resultados: Toca do Menino (euros)

CÓDIGO DE CONTAS	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	20.05.1 - Pré-Escolar		20.05.2 - Creche		TOTAL	
			2017	2016	2017	2016	2017	2016
+71+72	Vendas e serviços prestados							
+75,	Subsídios à exploração			19 976,08				19 976,08
+736-686+792	Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empenhamentos conjuntos							
+73	Variação nos inventários da produção							
+74	Trabalhos para a própria entidade							
-61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas							
-62	Fornecimentos e serviços externos		(467,14)	(668,04)	(206,00)	(300,10)	(673,94)	(968,14)
-63	Gastos com pessoal							
-62-7622	Imparidades do inventários (pendas/reversões)							
-651+7021	Imparidades de dívidas a receber (pendas/reversões)							
-67+703	Provisões (aumentos/deduzições)							
-653-657-666+7823+7827+7828	Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (pendas/reversões)							
+77-60	Aumentos/Reduções de justo valor							
+70(exceção 785)+79(exceção 791)+798	Outros rendimentos e ganhos			977,56		439,19		1 416,76
-68(exceção 689)-6916-6926-6928	Outros gastos e perdas		(754,76)	(1 029,43)	(339,09)	(662,50)	(1 093,85)	(1 401,80)
6928	Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(1 221,90)	19 259,17	(546,89)	(323,41)	(1 770,79)	18 935,76
-64+701	Gastos/reversões de depreciação e de amortização							
-654-655-656+7024+7825+7826	Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (pendas/reversões)							
*	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(1 221,90)	19 259,17	(546,89)	(323,41)	(1 770,79)	18 935,76
+7315	Juros e rendimentos similares cedidos							
-6911-6921-6981	Juros e gastos similares suportados							
611	Resultado antes de impostos		(1 221,90)	19 259,17	(546,89)	(323,41)	(1 770,79)	18 935,76
612	Imposto sobre rendimento do período							
618	Resultado líquido do período		(1 221,90)	19 259,17	(546,89)	(323,41)	(1 770,79)	18 935,76

Demonstração de Resultados: Taldões (euros)

CÓDIGO DE CONTAS	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	20.06.5 - Apoio Domil.			20.06.5 - Centro Comunit.			TOTAL	
			2017	2016	2017	2016	2017	2016		
+71+72	Vendas e serviços prestados		13 142,75	13 579,75				13 142,75	13 579,75	
+75	Subsídios à exploração		44 835,86	43 626,26				126 190,78	121 816,59	
+79E-86E+79Z	Ganhos/Perdas Impulsivos de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos									
+73	Variação nos inventários da produção									
+74	Trabalhos para a própria entidade									
-81	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		(0 494,56)	(6 767,64)	(11 545,87)	(12 066,63)	(19 040,43)	(18 854,47)		
-82	Fornecimentos e serviços externos		(4 509,36)	(4 877,79)	(8 016,63)	(8 316,10)	(12 525,95)	(12 953,89)		
-83	Gastos com pessoal		(20 433,29)	(33 593,26)	(50 546,06)	(59 614,66)	(78 981,37)	(83 147,94)		
-85E+76E2	Imparidades de inventários (perdas/reversões)									
-85I+70E1	Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)									
-87+78E3	Provisões (sumercos/reduções)									
-85E3-857-86E8+78E3E+78E7+78E8	Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)									
+77-86	Aumentos/Reduções de justo valor									
+78/excepto 78E4+79/excepto 79E10+79E	Outros rendimentos e ganhos		44,01	47,10	78,23	83,88	122,24	131,07		
-88/excepto 88E5-80E16-80E16-80E16-80E16	Outros gastos e perdas		(3 347,96)	(2 670,40)	(5 951,95)	(4 747,38)	(0 289,91)	(7 417,78)		
	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		15 237,45	9 584,11	4 370,62	(5 470,78)	19 608,07	3 113,33		
-64+79I	Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(86,11)	(87,87)	(117,52)	(186,20)	(183,63)	(244,07)		
-65+65E-65E+70E4E+70E5E+70E6	Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)									
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		15 171,34	9 496,24	4 253,10	(0 626,98)	19 424,44	2 869,26		
+79I5	Juros e rendimentos similares obtidos									
-89I-89E1-89E1	Juros e gastos similares suportados									
81I	Resultado antes de impostos		15 171,34	9 496,24	4 253,10	(8 026,98)	19 424,44	2 869,26		
81E2	Imposto sobre rendimento do período									
81E8	Resultado líquido do período		15 171,34	9 496,24	4 253,10	(8 026,98)	19 424,44	2 869,26		

Demonstração de Resultados: Costa Verde-Espinho (euros)

CÓDIGO DE CONTAS	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	20.07.1 - Pré-escolar				20.07.2 - Creche				TOTAL	
			2017		2016		2017		2016		2017	2016
+71+72	Vendas e serviços prestados		46 439,42	44 651,30	36 436,21	36 932,95	82 675,53	81 684,25				
+75	Subsídios à exploração		100 691,31	103 990,92	117 050,61	107 578,83	217 741,92	211 567,75				
+78c-88a+79c	Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e emendamentos contábeis											
+73	Variação nos inventários da produção											
+74	Trabalhos para a própria entidade											
-81	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	(7 737,47)	(6 030,21)	(10 064,96)	(9 432,29)	(18 422,46)	(16 262,00)					
-82	Fornecimentos e serviços externos	(27 558,32)	(28 620,94)	(26 066,39)	(26 490,04)	(65 614,71)	(63 016,90)					
-83	Gastos com pessoal	(94 563,68)	(79 120,97)	(130 587,92)	(110 262,42)	(225 161,60)	(188 383,39)					
-85a+78d2	Imparidades de inventários (perdas/reversões)											
-85a+78d1	Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)											
-87+783	Provisões (aumentos/reduções)											
-853-857-859+782a+7827-782a	Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (par)											
+77-86	Aumentos/Reduções de justo valor											
+78(exceção 789)+79(exceção 7915)+798	Outros rendimentos e ganhos	150,79	117,72	208,26	162,55	359,06	280,27					
-88(exceção 881)-871a-882b-890	Outros gastos e perdas	(6 411,16)	(4 734,73)	(8 663,62)	(6 638,40)	(15 284,68)	(11 273,13)					
	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		11 010,89	31 553,08	(34 487,73)	(17 056,62)	(23 476,84)	14 688,27				
-84+781	Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(13 409,72)	(13 049,56)	(18 629,65)	(18 020,61)	(32 116,37)	(31 078,39)				
-85a-855-856+782a+7825+7826	Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (ordari)											
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(2 479,63)	18 503,51	(53 116,38)	(35 077,63)	(55 595,21)	(16 374,12)				
+7915	Juros e rendimentos similares obtidos											
-8911-8921-89A1	Juros e gastos similares suportados	(12,94)		(17,89)			(30,63)					
811	Resultado antes de impostos		(2 492,57)	18 503,51	(53 134,27)	(35 077,63)	(55 626,04)	(16 374,12)				
812	Imposto sobre rendimento do período											
818	Resultado líquido do período		(2 491,77)	18 503,51	(53 134,27)	(35 077,63)	(55 626,04)	(16 374,12)				

Demonstração de Resultados: Amor de Deus-S. J. Ver (euros)

CÓDIGO DE CONTAS	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	20.08.1 - Pré-scolar		20.08.2 - Creche		20.08.3 - Creche Familiar		TOTAL	
			2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
+71+72	Vendas e serviços prestados		76 097,29	74 133,56	48 272,38	46 819,86	13 236,85	13 794,89	138 608,92	133 740,22
+75	Subsídio à exploração		125 289,24	128 800,04	107 632,08	98 980,62	34 633,99	36 989,83	267 255,18	262 210,49
+76-600-700	Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos controlados		-	-	-	-	-	-	-	-
+73	Variação nos inventários de produção		-	-	-	-	-	-	-	-
+74	Trabalhos para a própria entidade		-	-	-	-	-	-	-	-
-81	Custo das mercadorias vendidas e materiais consumidos		(23 457,60)	(24 430,66)	(12 797,64)	(13 206,82)	(4 935,44)	(5 143,28)	(41 163,68)	(42 860,77)
-82	Fornecimentos e serviços externos		(49 630,30)	(43 813,70)	(28 906,92)	(23 826,06)	(10 440,87)	(9 223,57)	(87 086,09)	(78 866,01)
-83	Gastos com pessoal		(142 112,32)	(140 432,81)	(77 289,23)	(76 373,85)	(29 918,37)	(29 504,70)	(249 319,82)	(248 373,44)
-602+7022	Impendentes de rivaltações (perdas/inversões)		-	-	-	-	-	-	-	-
-651+7031	Impendentes de dívidas a receber (perdas/inversões)		-	-	-	-	-	-	-	-
-67+703	Provisões (aumentos/reduções)		-	-	-	-	-	-	-	-
-603-604-608+7023+7027+7028	Impairment de investimentos não depreciáveis/instrumentos financeiros (perdas/inversões)		-	-	-	-	-	-	-	-
+77-60	Aumentos/Reduções de justo valor		-	-	-	-	-	-	-	-
+78-60+7031-701(excepto 7010)-709	Outros rendimentos e ganhos		3 460,30	4 206,80	1 882,31	2 320,53	728,63	690,27	6 071,03	7 485,66
-606(excepto 606)-6016-6020-608	Outros gastos e perdas		(9 732,39)	(6 338,66)	(5 293,96)	(4 538,76)	(2 048,91)	(1 755,76)	(17 074,26)	(14 631,52)
	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(20 294,09)	(9 736,83)	36 449,92	27 073,89	1 145,75	6 296,51	17 261,68	22 732,67
-44+701	Gastos/inversões de depreciação e de amortização		(8 819,15)	(9 255,62)	(4 799,28)	(4 489,80)	(1 606,66)	(1 738,02)	(16 472,19)	(14 483,54)
-604-605-606-7024-7025+7026	Impairment de investimentos depreciáveis/instrumentos financeiros (perdas/inversões)		-	-	-	-	-	-	-	-
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(29 113,24)	(17 992,45)	31 650,64	22 583,99	(710,91)	3 657,49	1 829,39	8 249,03
+7016	Juros e rendimentos sobre títulos cedidos		-	-	-	-	-	-	-	-
-0911-0921-0981	Juros e gastos sobre títulos suportados		-	-	-	-	-	-	-	-
811	Resultado antes de impostos		(29 113,24)	(17 992,45)	31 650,64	22 583,99	(710,91)	3 657,49	1 829,39	8 249,03
812	Imposto sobre rendimento do período		-	-	-	-	-	-	-	-
818	Resultado líquido do período		(29 113,24)	(17 992,45)	31 650,64	22 583,99	(710,91)	3 657,49	1 829,39	8 249,03

Demonstração de Resultados: Sanhoane (euros)

CÓDIGO DE CONTAS	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	20.09 Sanhoane		TOTAL	
			2017	2016	2017	2016
+71+72	Vendas e serviços prestados					
+75	Subsídios à exploração					
+756-685+702	Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos					
+73	Variação nos inventários da produção					
+74	Trabalhos para a própria entidade					
-61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas					
-62	Fornecimentos e serviços externos					
-63	Gastos com pessoal					
-632+7622	Imparidades de inventários (perdas/reversões)					
-031+7621	Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)					
-67+763	Provisões (aumentos/reduções)					
-633-657-658+7623+7627+7628	Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)					
+77-66	Aumentos/Reduções de justo valor					
+77(excepto 7629)+791(excepto 79161+796)	Outros rendimentos e ganhos					
-681(excepto 666)+6016-6026-6028	Outros gastos e perdas					
	Resultado antes da depreciação, gastos de financiamento e impostos					
-64+761	Gastos/inversões de depreciação e da amortização					
-654-655-656+7624+7625+7626	Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)					
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)					
+7915	Juros e rendimentos similares obtidos					
-6911-6921-6961	Juros e gastos similares suportados					
811						
812						
818	Imposto sobre rendimento do período					
	Resultado líquido do período					

Demonstração de Resultados: Casa de Trabalho – Póvoa de Lanhoso (euros)

CÓDIGO DE CONTAS	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	28.10.7 -		20.10.8 -		20.10.9 -		28.10.11		TOTAL	
			Custos Operacionais		Lar Residencial		Móveis		Proj. departamento Póvoa		2017	2018
			2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018
+71+72	Vendas e serviços prestados		5.135,00	5.210,00	170.822,48	151.840,69	47.085,88	42.426,71			223.023,24	189.276,30
+75	Subsídios à exportação		54.789,84	55.237,33	547.802,08	538.709,44	54.204,04	53.572,15			658.078,54	549.382,37
+785-885-792	Ganhos/Perda líquida de subsídios, auxílios e empréstimos conjuntos										1.843,95	
+73	Venda nos inventários da produção											
+74	Trabalhos para a própria entidade											
41	Curto das mercadorias vendidas e matérias consumidas		(4.149,69)	(4.418,45)	(38.289,29)	(40.748,07)	(2.608,48)	(2.927,24)			(46.107,44)	(48.094,05)
42	Fornecimento e serviços externos		(9.010,82)	(10.421,44)	(87.793,77)	(86.108,59)	(9.489,89)	(11.282,78)			(108.761,08)	(118.832,38)
43	Gastos com pessoal		(28.082,87)	(30.288,70)	(359.324,11)	(353.186,83)	(24.623,85)	(24.034,43)			(433.828,87)	(427.033,93)
-62+762	Imparidades de inventários (perdas/verdades)											
-63+7621	Imparidades de dívidas a receber (perdas/verdades)											
-67+763	Provisões (aumentos/reduções)											
-683-697-699+7623+7627+7629	Imparidade de investimentos não depreciados/realizáveis (perdas/verdades)											
+77-48	Aumentos/Reduções de justo valor											
+79+80+81+82+83+84+85+86+87+88+89+90+91+92+93+94+95+96+97+98+99	Outros rendimentos e gastos		171,86	729,54	1.995,17	6.727,08	152,78	648,45			1.995,14	8.093,37
-699	Outros gastos e perdas		(3.540,20)	(3.153,74)	(32.640,55)	(29.053,75)	(3.146,90)	(2.823,22)			(38.326,85)	(35.040,75)
	Resultado antes de depreciação, gastos de financiamento e impostos		3.025,35	4.894,54	201.283,97	178.032,04	51.573,86	44.628,23			256.682,38	229.743,45
-44+701	Gastos/verbas de depreciação e de amortização		(2.278,47)	(1.887,84)	(20.984,05)	(17.408,28)	(2.023,52)	(1.677,80)			(25.294,04)	(20.873,89)
-454-455-456+704+705+706	Imparidade de investimentos depreciados/amortizáveis (recursos/verbas)											
+7015	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.646,88	3.006,70	180.389,92	160.623,76	49.550,34	42.950,43			231.388,34	208.769,56
-9911-9921-9981	Ajuros e rendimentos similares obtidos											
811	Ajuros e gastos similares suportados		(91,30)	(20,11)	(673,10)	(185,53)	(46,80)	(17,88)			(979,00)	(223,53)
812	Resultado antes de impostos		1.555,58	2.986,79	179.716,82	160.438,23	49.504,54	42.932,54			231.018,04	208.546,12
818	Imposto sobre rendimento do período											
	Resultado líquido do período		1.555,58	2.986,79	179.716,82	160.438,23	49.504,54	42.932,54	(1.811,48)		231.018,04	208.546,12

Responsabilidade pela documentação

Denominação: Associação "Cruzada do Bem"

Morada: Rua Dr. Barbosa de Castro

Número: 62, andar: 2º, Localidade: Porto

Freguesia: Vitória

Concelho: Porto

Cód. Postal: 4050-090

A Direcção:

Local: _____

Aprovado em Assembleia Geral

Póvoa de Lanhoso, 24 de março, de 2018

Assinaturas:

Assinatura do Presidente

João de Oliveira Távares

João António dos Santos Pereira

Assinatura TOC responsável

João Carvalho da Paiva

20955444
Ana Maria Litois Gonçalves
87454

